



Carlos E. Barredo*

Desejo de supervisionar: na prática

A supervisão, instalada em um lugar diferenciado dos outros componentes do chamado *tripé formativo*, mantém com eles relações que compõem sua especificidade. A mais fecunda delas é, sem dúvida, sua relação com a análise formativa: “A supervisão não é a análise, mas guarda um laço com ela” (Miller, 2000).

Apesar de ser possível estar de acordo com que o fato de ter se analisado constitui o eixo do que habilita para exercer a psicanálise, também é claro que, a essa *experiência do inconsciente*, deve ser acrescentado um certo *saber-fazer*, que só pode ser adquirido na própria prática como analista. É nessa relação com esse fator que o falar da própria experiência como analista diante de outro analista adquire uma função específica no dispositivo de supervisão.

Em princípio, que se fale com um analista já indica que se trata de uma prática sob transferência, ou seja, não é uma consulta com um especialista sobre a maneira correta de aplicar um saber preestabelecido, que prescreveria uma técnica adequada para dirigir uma cura analítica.

O que se realiza efetivamente em uma supervisão é aquilo que o termo *didática* falha em denominar, já que se trata do que não se ensina. O que se coloca em jogo nesse espaço não consiste em enunciados de saber que pos-

* Asociación Psicoanalítica de Buenos Aires.

sam ser recebidos sem modificações, de forma passiva. Pelo contrário, o supervisor terá de colocar em jogo algo de si mesmo, que não se trata apenas da relação com o seu paciente e dos intercâmbios que possa realizar com ele, mas sim –fundamentalmente– do laço que o analista mantém com a psicanálise: que ideias ele tem sobre a disciplina? Que consequências extrai disso para a sua prática?

É observável que todo praticante de análise é habitado por noções sobre linguagem, sua relação com o corpo, inconsciente, laços emocionais, fim da análise etc., todas elas noções que, segundo o estado de formalização conceitual, são transmitidas em maior ou menor grau na ação analítica, sob a forma de preconceitos do analista.

A ênfase não está em adquirir saber sobre um caso (seu diagnóstico, psicopatologia etc.) como o lugar em que uma generalidade (neurose obsessiva ou histérica, esquizofrenia, paranoia etc.) adquire corpo, nem –menos ainda– em legitimar a posição do analista na experiência acumulada em qualquer das suas formas, mas sim –justamente– em sustentar e impulsionar a confiança nessa reinvenção que faz com que cada análise seja singular e única. Por sua vez, a confiança se mantém no ato de *crer no inconsciente*, ou seja, situando o saber em questão como suposto. Um outro, pronto a ser produzido a partir da matéria-prima que constitui um relato, e não como já instalado nos conhecimentos acumulados pelo supervisor, pela teoria, pela literatura psicanalítica etc.

São conhecidas as formas caricatas adotadas por uma análise quando o analista pretende responder ao seu analisante por meio de um saber articulado por seu supervisor, isto é, com um saber do qual se dispõe como posse, e não construído a partir de efeitos de verdade dispersos que terão de ser articulados de forma a manter um laço com a experiência realizada. O espaço de supervisão permite entrever e debater a estratégia da transferência em uma análise ou a política dos seus fins últimos, mas não prescrever sua tática interpretativa. As urgências que, frente a necessidades ou apertos, se traduzem em demandas do estilo “o que eu faço?”, “o que lhe digo?”, só poderão ser respondidas se orientadas para a tarefa de escutar e sustentar a posição de analista.

O problema apresentado é como incorporar a operatória de outro cujo papel não é o de ensinar o que sabe, mas sim reconduzir o saber ao que deve ser escutado para que um analista possa se situar, encontrar lugar, a partir de um “saber fazer ali”, em um momento (*kairos*) qualquer.

Encontrar esse lugar é sempre um caminho formativo que implica o abandono de outras posições: médico-psiquiátrica, pedagógica etc., de onde se poderia responder às demandas formuladas por um paciente; abandono que transcorre com dor e não sem resistências, como um processo de luto.

Frente ao desamparo produzido pela confrontação com a opacidade do real na clínica, a tarefa essencial da supervisão consiste em orientar o desejo de supervisionar, assim causado, em direção ao amparo que concede a confiança de poder enfrentar o inconsciente, transitando a impossibilidade sem obturá-la com um saber referencial qualquer.

Lacan (1953/1966a) postula que, em sua maneira de agir,

o controlador manifesta [...] uma segunda visão que faz com que para ele a experiência seja pelo menos tão instrutiva como para o controlado. [...] A razão desse enigma é que o controlado desempenha ali o papel de filtro, ou inclusive de refrator do discurso do sujeito, e que assim se apresenta já pronta ao controlador uma este-reografia que já destaca três ou quatro registros em que pode ser lida a partitura constituída por esse discurso.

Depois indica que:

O melhor fruto a obter nesse exercício por parte do supervisor seria aprender a se manter, ele mesmo, na posição de segunda subjetividade na qual a situação situa de entrada o supervisor. Toma-se, assim, distância das implicações do termo sinistro de controle.

A regra fundamental organiza o intercâmbio analítico diferenciando-se da noção de aliança e evidenciando, então, que a cooperação intelectual não é caminho da verdade.

De modo equivalente, a tarefa de supervisionar se organiza a partir de um relato: a *apresentação do material*, a respeito do qual, apesar de não ser a associação livre o que se promove, deixa claro que esse relato –seja qual

for a forma que adote, enquanto é escutado em transferência– será submetido a rupturas da continuidade de suas sequências narrativas que possibilitem a emergência de diferentes articulações ou ordenamentos, e que deem lugar à produção de um saber novo que torna “instrutiva” a experiência para o supervisor, como foi mencionado antes.

A meu critério, o que se disse anteriormente torna desaconselhável sugerir –ou, menos ainda, impor– uma forma preestabelecida ao material trazido por quem supervisiona, deixando de lado qualquer ideal de “objetividade”. É necessário recordar que não é possível abordar o acontecido em uma análise com a intenção de unir dizeres do paciente e estados anímicos do analista. Há uma perda radical em relação à experiência transcorrida em uma sessão, e querer preenchê-la é cair na indecência (Dumezil, 1989/1992).

Convém, então, que o supervisor decida a modalidade que prefere dar ao seu relato na supervisão: falar do que se lembra das sessões, basear-se em notas reconstruídas depois delas, adotar como ponto de partida transcrições etc. O relato do caso, a seleção das suas marcas, a construção da sua trama são meios mais propícios para evidenciar a maneira em que o analista se vê implicado na transferência que sustenta –o que se convencionou chamar de *contratransferência*–, as ocasionais confissões a que esse relato possa dar lugar.

O dizer do supervisor é, então, a via pela qual ele coloca em jogo “sem sabê-lo” algo de si mesmo, que contempla sua relação com a psicanálise.

É esse desejo o que o dispositivo de supervisão deve alojar e sustentar para dar lugar, na exploração de quem se expõe, a isso que para um analista é constituinte em sua experiência de praticante, e que é a única via para se autorizar, não *de si mesmo*, como se convencionou traduzir a fórmula de Lacan, mas sim *dele mesmo*, que nunca poderá coincidir, senão parcialmente, com uma versão de si, e isso pela mediação desse artifício do “giro ao Outro” (sustento do *infans* na construção do laço especular; Le Gaufey, 1998).

Esse lugar de terciridade, antecipado na “estereografia” promovida pelo relato do supervisor, deve ser ocupado pelo supervisor

para que –adotando como referência essa posição que, assim, o dispositivo torna patente– um analista se autorize.

Como âmbito formativo, a instituição analítica cumprirá seu papel enquanto conseguir preservar essa forma de laço social que é determinante, promovendo e fomentando a experiência de supervisão em um dispositivo consequente com o discurso do analista e com a sua ética (Barredo, 2005).

Isso requer manter claras, a todo instante, as diferenças entre o que foi apresentado como determinante na experiência e o institucional, ligado a requerimentos organizativos ou a demandas de reconhecimento. É preciso lembrar que, na prática da supervisão, a busca de aprovação, a ânsia de querer obter rápidos índices de melhora, a questão de estar em busca de impedir interrupções ou fazer boas interpretações refletem ideais que, como tais, cumprem na experiência analítica seu papel de instaurar e manter repressões, isto é, de resistir à tarefa da análise.

Referências

- Allouch, J. (1994). *Freud y después Lacan*. Buenos Aires: Edelp. (Trabalho original publicado em 1993).
- Barredo, C. (1998). El par transferencia-contratransferencia: Un partido teórico. In C. Barredo, I. Dujovne, O. Paulucci e D. Rodríguez, *La misteriosa desaparición de las neurosis*. Buenos Aires: Letra Viva. (Trabalho original publicado em 1993).
- Barredo, C. (maio, 2005). *Hable de ella*. Trabalho apresentado em Hablar de clínica: relatos de nuestra experiencia, Tertulias clínicas, Buenos Aires.
- Couso, O. M. (2003). A propósito de la supervisión. *Psyché Navegante*, 57. Disponível em www.psyche-navegante.com
- Dujovne, I. (2004). *Algunas ideas para un debate sobre la supervisión*. Buenos Aires: Asociación Psicoanalítica Argentina.
- Dumezil, C. (1992). *La marca del caso*. Buenos Aires: Nueva Visión. (Trabalho original publicado em 1989)
- Lacan, J. (1966a). *Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse*. Paris: Seuil. (Trabalho original publicado em 1953)
- Lacan, J. (1966b). *La direction de la cure et les principes de son pouvoir*. Paris: Seuil. (Trabalho original publicado em 1958)
- Lacan, J. (2001). Proposition du 9 octobre 1967 sur la psychanalyse de l'Ecol. In J. Lacan, *Autres Écrits*. Paris: Seuil. (Trabalho original publicado em 1968)
- Le Gaufey, G. (1998). *El lazo especular*. Córdoba: Edelp.
- Lobov, J. G. (2003). Los relatos de la clínica. *El Sitio*, 39, 38-39.
- Miller, J. A. (2000). *El lugar y el lazo, seminario 2000/2001* (publicação para circulação interna). Buenos Aires: Escuela de Orientación Lacaniana.